

JUCESP PROTOCOLO
2.032.877/20-0



DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

MENNO - GRÁFICA E INFORMÁTICA LTDA

CNPJ 47.699.350/0001-51

NIRE 35200836691

CARLOS JOSÉ SANTIN, brasileiro, casado, empresário, natural de Joaçaba - SC, nascido em 19 de setembro de 1.944, portador da Cédula de Identidade RG. nº 5.664.326, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 047.184.888-34, residente e domiciliado à Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº 521, Apto. 52, Água Fria, CEP 02335-011, São Paulo, **BRENO GODINHO SANTIN**, brasileiro, divorciado, empresário, natural de São Paulo, nascido em 17 de dezembro de 1.976, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.047.491-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 262.320.478-00, residente e domiciliado a Rua Capitão Alberto Mendes Júnior, nº 521, Apto. 52, Água Fria, CEP 02335-011, SP, e **LUCIANO GODINHO SANTIN**, brasileiro, casado, empresário, natural de São Paulo, nascido em 05 de fevereiro de 1.978, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.047.490-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 263.894.348-71, residente e domiciliado à Estrada Barreiro, nº 1.011, Lote 15D, Jardim Carpi, CEP 07600-000, Mairiporã, São Paulo, únicos sócios da sociedade empresária limitada, que gira nesta praça, sob o nome empresarial de **MENNO - GRÁFICA E INFORMÁTICA LTDA**, com sua sede e domicílio na Rua Dom Jose Mauricio, nº 76 e 92, Carandiru, CEP 02028-000, São Paulo, com seu contrato social devidamente arquivado na JUCESP, NIRE 35200836691 em 16.03.1976, inscrita no CNP sob nº 47.699.350/0001-51, decidem, alterar seu contrato social, nos termos da Lei 10.406/02, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

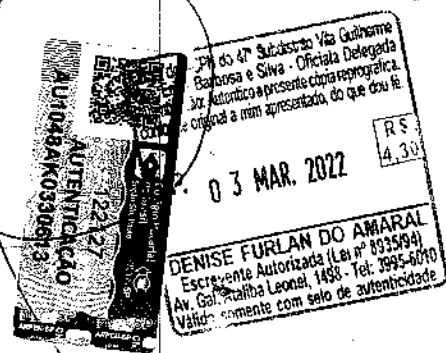
Altera-se a razão social para: MENNO INFORMÁTICA E GRÁFICA LTDA.

CLÁUSULA SEGUNDA

Altera-se o objeto da empresa para: Fabricação de embalagens, pastas suspensas, pastas para formulários contínuos, papéis especiais, fitas matriciais, suprimentos para computadores, fitas de máquinas de escrever e calcular, comércio de artigos de escritórios em geral, cartuchos de jato de tinta, tonner, bobinas para fax e Ribbon e artigos de papelaria, suprimentos e equipamentos para informática.

CLÁUSULA TERCEIRA

Neste ato, o capital social da sociedade que é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 60.000 (sessenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional do país, passa ser assim distribuído entre os sócios:



Sócios	Quotas	Valor	Participação
BRENO GODINHO SANTIN	29.400	R\$ 29.400,00	49,00%
LUCIANO GODINHO SANTIN	29.400	R\$ 29.400,00	49,00%
CARLOS JOSÉ SANTIN	1.200	R\$ 1.200,00	2,00%
TOTAL	60.000	R\$ 60.000,00	100,00%

CLÁUSULA QUARTA

Em ato contínuo, altera-se o endereço do sócio **LUCIANO GODINHO SANTIN**, acima qualificado, que passará a ser Rua Maria de Lourdes Pereira, nº 310, Barreiro, Mairiporã, SP, CEP: 07611-160.

CLÁUSULA QUINTA

Em virtude das alterações mencionadas neste instrumento, os sócios resolvem consolidar as cláusulas do contrato social que passam vigorar com a seguinte redação:

CONSOLIDACAO DO CONTRATO SOCIAL

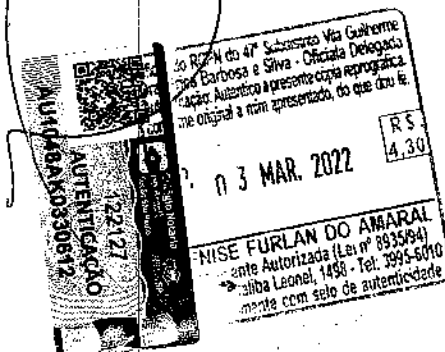
MENNO INFORMÁTICA E GRÁFICA LTDA

CARLOS JOSÉ SANTIN, BRENO GODINHO SANTIN e LUCIANO GODINHO SANTIN são os únicos sócios da sociedade que gira sob a denominação social de **MENNO INFORMÁTICA E GRÁFICA LTDA** estabelecida na Rua Dom Jose Mauricio, nº 76 e 92, Carandiru, CEP 02028-000, São Paulo, sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade tem sua sede e domicílio na Rua Dom Jose Mauricio, nº 76 e 92, Carandiru, CEP 02028-000, São Paulo, e tem como objeto: Fabricação de embalagens, pastas suspensas, pastas para formulários contínuos, papéis especiais, fitas matriciais, suprimentos para computadores, fitas de máquinas de escrever e calcular, comércio de artigos de escritórios em geral, cartuchos de jato de tinta, tonner, bobinas para fax e Ribbon e artigos de papelaria, suprimentos e equipamentos para informática.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais ou outras dependências, bem como, participar de outras sociedades em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, observada as disposições da legislação aplicável.



CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade gira sob o nome empresarial de MENNO INFORMÁTICA E GRÁFICA LTDA.

CLÁUSULA TERCEIRA

A administração da sociedade será exercida por todos os sócios em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de representar ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É autorizado o uso do nome empresarial aos sócios, sendo vedado seu uso em negócios estranhos aos fins sociais, nos termos do art. 1.064 do Código Civil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A venda ou oneração de bens imóveis de propriedade da sociedade dependerá da concordância de todos os sócios.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O sócio que explicitamente aprovar deliberações infringentes a lei ou a este contrato responderá ilimitadamente pelos atos praticados com seus bens particulares.

PARÁGRAFO QUARTO - O sócio que praticar ato de inegável gravidade poderá ser excluído da sociedade, mediante alteração contratual, nos termos do art. 1.085 do Código Civil.

CLÁUSULA QUARTA

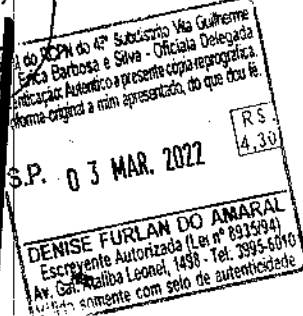
O Capital Social registrado na sociedade no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), dividido em 60.000 (sessenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional do país, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quotas	Valor	Participação
BRENO GODINHO SANTIN	29.400	R\$ 29.400,00	49,00%
LUCIANO GODINHO SANTIN	29.400	R\$ 29.400,00	49,00%
CARLOS JOSÉ SANTIN	1.200	R\$ 1.200,00	2,00%
TOTAL	60.000	R\$ 60.000,00	100,00%

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem integralmente pela totalidade do capital social.

CLÁUSULA QUINTA

Os lucros ou prejuízos verificados por inventário, por balanço patrimonial e de resultado econômico, encerrado em 31 de dezembro de cada exercício social, serão divididos ou suportados pelos sócios, proporcionalmente às suas quotas.



CLÁUSULA SEXTA

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Por serem as quotas indivisíveis, não poderão ser cedidas ou alienadas por qualquer título ou a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, ficando assegurado a estes a preferência na aquisição, em igualdade de condições de pagamento e preço, respeitando o momento econômico da empresa, limitando o direito de recesso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Formaliza-se a cessão mediante alteração contratual.

CLÁUSULA OITAVA

No caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, prosseguindo com o sócio remanescente que buscará acordo com o representante do espólio, herdeiros, sucessores, ou do incapaz, que poderão vir a integrar a sociedade mediante alteração contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não sendo possível ou inexistindo interesse na integração da sociedade, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA NONA

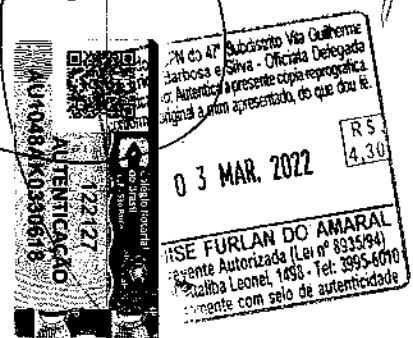
O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar ao outro a sua intenção de não continuar na mesma, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O direito de preferência do outro sócio deverá ser manifestado neste período.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O silêncio será interpretado como desinteresse, podendo assim, o sócio retirante transferir suas quotas a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA

Nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios tomarão as contas, deliberarão sobre o balanço patrimonial e de resultado econômico, designarão administradores, e poderão tratar de qualquer assunto constante da ordem do dia.



PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sem prejuízo das deliberações em assembleia, poderá a sociedade instituir conselho fiscal, assistido por contabilista legalmente habilitado, dentro dos deveres e atribuições expressas do art. 1.066 do Código Civil.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será dispensada a deliberação em reunião ou assembleia quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá à sociedade a outorga de mandato a terceiros com poderes "ad judicia", respondendo civilmente pela escolha perante a sociedade.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Qualquer modificação do contrato social dependerá do consentimento de todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os procedimentos de dissolução e liquidação da sociedade serão regidos pelas disposições do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os sócios terão direitos a uma retirada mensal, a título de "pró-labore", cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios, conforme a situação financeira da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os sócios irão contribuir junto ao I.N.S.S., com salário contribuição, de acordo com os limites permitidos pela Lei Orgânica da Previdência Social, podendo, entretanto, essas contribuições serem aumentadas ou diminuídas, ficando a critério do segurado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância do Código Civil, no que tange a sociedade simples.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A sociedade será regida pelo presente instrumento de contrato social e Leis em vigor e seus sócios em comum acordo determinam que todo o litígio decorrente do presente contrato será definitivamente dirimido por Arbitragem, administrada pelo TRIBUNAL PAULISTA de Conciliação e Arbitragem Região Norte Ltda., sito a Avenida Mazzei, no. 101 sala 03, Tucuruvi, CEP 02310-000, nesta capital do Estado de São Paulo, de acordo com os dispositivos da Lei Federal 9.307/96 e nos termos de seu Regulamento Interno, onde nomearão, de comum acordo, árbitro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de participar ou de exercer a administração da sociedade, por lei especial, por condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ainda que temporariamente, além de penas que vedem o acesso a cargos públicos, de crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

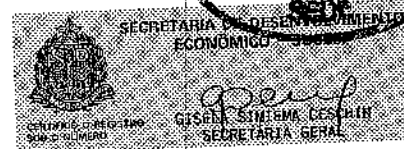
E, por fim, assinam o presente instrumento de Contrato Social em 03 (três) vias, de igual teor e forma, devendo ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo para os efeitos legais.

São Paulo, 07 de dezembro de 2020.


CARLOS JOSÉ SANTIN


BRENO GODINHO SANTIN


LUCIANO GODINHO SANTIN



1.155/21-0



JUCESP

05 JAN 2021

JUCESP

